

# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



**FRANÇA, Eduardo d'OLIVEIRA** (Queluz, São Paulo 1915 - São Paulo, 2003)

Nasceu em Queluz, estado de São Paulo em 1915 e faleceu em São Paulo, capital, em 2003. Seus pais eram professores e seus avós, pelos dois ramos, fazendeiros em Guaratinguetá (São Paulo) e Barra Mansa (estado do Rio de Janeiro), o que o fazia profundamente identificado com a região do rio Paraíba do Sul, importante área cafeeicultora na época do Império. Seu curso primário foi realizado em várias cidades do vale, assim como o secundário, cumprido em tradicional ginásio de Guaratinguetá. Ingressou em 1932 na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco ("Arcadas") em São Paulo e em 1934 no curso de História e Geografia da Faculdade de Filosofia, da então também recém-criada Universidade de São Paulo. Na primeira foi aluno de grandes juristas da época, como Waldemar Ferreira, comercialista e historiador do direito e Almeida Junior. Na Faculdade de Filosofia teve como professores, entre outros, Plínio Ayrosa, Afonso Taunay e os franceses Pierre Monbeig e Fernand Braudel. Tendo também cursado a Escola de Professores do Instituto de Educação, tornou-se por concurso professor de Educação na Escola Normal. Lecionou mais tarde em outras escolas de ensino secundário da capital e na faculdade de filosofia da Universidade Católica de São Paulo. Ingressou depois na Faculdade de Filosofia da USP, indicado para professor assistente por Fernand Braudel. Após breve período como professor de História Antiga e Medieval, fixou-se em História Moderna e Contemporânea, onde foi assistente também do especialista na Reforma, Émile Leonard. Em 1946 concluiu seu doutorado, consolidando sua posição acadêmica na USP e em 1951 ascendeu à cátedra de História Moderna e Contemporânea.

A partir daí sua vida profissional foi inteiramente dedicada à Universidade de São Paulo, com curtas estadias para ministrar cursos na Bahia e no Ceará e, em 1955, na Universidade de Coimbra. Foi membro atuante da congregação da Faculdade de Filosofia e do Conselho Universitário e dirigiu o departamento de História, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de 1972 a 1974 e a Escola de Comunicação e Artes de 1980 a 1984. Foi reconhecido e concorrido professor e orientador de teses ao longo de mais de meio século, inclusive depois da aposentadoria compulsória aos setenta anos. Colaborou com a Revista de História da USP e nos primeiros anos da Associação Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH), da qual foi um dos fundadores e na qual colaborou estreitamente com Eurípedes Simões de Paula, catedrático de História Antiga e Medieval.

Grande leitor e pesquisador tinha acentuado espírito crítico, o que talvez explique sua produção historiográfica, rica e estimulante embora relativamente pouco extensa. Seu primeiro trabalho foi a tese de



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

doutorado *O poder real em Portugal e as origens do absolutismo*, defendida aos 31 anos. Cinco anos mais tarde foi a vez da tese de cátedra, *Portugal na época da Restauração*. Trabalhos posteriores, publicados em anais de congressos e em periódicos especializados, trataram tanto de questões metodológicas quanto de temas de História do Brasil.

As linhas de força de seu pensamento histórico compreendem reflexões sobre o conhecimento histórico, inclusive uso de conceitos e de fontes e interpretações sobre a história de Portugal e do Brasil, ou melhor, luso-brasileira, já que o interessavam os aspectos comuns à formação de ambas as sociedades e o desenvolvimento posterior da variante tropical.

A história em Eduardo d'Oliveira França era uma ciência do homem, buscando situá-lo em diferentes idades históricas, diz na apresentação de sua tese de cátedra. O pensamento histórico – e isso lhe dava uma dimensão psicológica diferente de outros campos científicos - fazia viver os fatos, o que ocorria porque o historiador trabalhava com insights, não se limitando a ser mero espectador. Mas os fatos só produziram uma explicação convincente se considerados no quadro geral dos fenômenos políticos, econômicos e religiosos da época considerada. Essa preocupação contextual o fez desde sempre recusar as monocausalidades, entendendo o homem como um somatório de caracteres, sem exclusividades de recorte, “econômicos” (a história econômica estava em voga no segundo pós guerra, quando escreveu estas palavras), “políticos”, etc. Mais de vinte anos depois, em 1974, voltaria ao tema, defendendo a totalidade histórica, entendida como a história do conjunto das experiências de um povo, aí contempladas também as mentalidades.

O objetivo era reconhecer o “homem de seu tempo”, que se parece com os demais “homens de seu tempo”; no seu caso, era a busca do entendimento de quem era aquele “homem barroco” da época da Restauração, que simultaneamente colonizava o Brasil.

O interesse pelo contexto pode lembrar o *Zeitgeist* historicista e certamente conheceu a obra de Huizinga, além de se referir a Herder quanto à questão das atitudes mentais de uma época. Mas a influência dominante foi a dos *Annales*, na inflexão de Lucien Febvre, com seu gosto pela psicologia social e na de Marc Bloch, com sua inclinação sociológica.

França advoga como principal esforço de interpretação do historiador a “compreensão” mas, a despeito de uma breve menção a Simmel num texto de 1951 sobre a “função cultural da história”, não teve maior contato com a sociologia ou a hermenêutica alemãs. Sua concepção é de Bloch, conforme se apresenta no célebre capítulo “julgar ou compreender?” do *Métier d'Historien*. Uma função psicológica apreendida intuitivamente, que não é – e França o sublinha - conselho de passividade nem de cumplicidade e que nada tem a ver com os passos metodológicos conforme definidos em diferentes procedimentos hermenêuticos.

Mas como se chega a esse resultado? França questiona sucessivamente: o que é o historiador? o que faz? como faz? para que faz? Partindo da ideia de que o historiador atua no âmbito de uma ciência do homem e “dos homens no tempo”, na fórmula dos *Annales* que repetia, o *como* se iniciava com uma “explicação antecipada – hipótese – que tem fome de fatos para sobreviver.” Insurgindo-se contra o caminho apontado por Langlois-Seignobos e ainda endossado por Louis Halphen, onde dominava o primado do documento, o historiador afirma que, baseado na hipótese formulada e no estado da questão



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

historiográfica confrontado com as informações disponíveis, o pesquisador pode ou não comprovar suas ideias. Quanto ao *para que*, a resposta de França é decididamente não pragmática, remetendo a uma categoria, senão ontológica, pelo menos transcultural: “Para que serve a história? Talvez não sirva para nada. Não sei para que serve a história. Como não sei para que serve a beleza, para que serve o sentimento do amor e todo nosso equipamento efetivo que parece servir para não servir. Sei que a História continuará, que o homem continuará a fazer a História, a pensar a História, a sentir a História.(...) Com maior ou menor intensidade, não importa. Nenhuma grande civilização houve que não tivesse de alguma forma cuidado de sua História, próxima ou remota.” (Eduardo d’Oliveira França, *Conversa em torno de nosso ofício, Anais de História*, n. 6, 1974, p. 13). Essas afirmações aparecem em textos de 1951 e 1974, mas se constituíram numa constante em toda a vida intelectual de Eduardo França. Claramente inspirado em Febvre contra a ideia de extrair lições e muito menos receitas de atuação a partir da história, rejeitava explicitamente a concepção goetheana de que ela era útil para livrar o presente do passado, preferindo a simplicidade da fórmula orteguiana: estuda-se história para conhecer o homem. “E o homem é o manjar do historiador. (...) Humano, para poder compreender a humanidade.” (Eduardo d’Oliveira França, *Considerações sobre a função cultural da História, Revista de História*, n. 8, 1951).

A explicação histórica é o produto acabado do ofício de historiador. Declarando-se contrário a teorias, que frequentemente associava à filosofia da História, sublinhava também a distinção entre o trabalho do historiador e o do sociólogo, ironizando as disputas por espaços. Tendo como guia uma honesta preocupação com a verdade, a despeito da sensibilidade para as diferentes interpretações, o historiador dava contribuição como homem de seu tempo, simultaneamente atento para armadilhas como o mito das origens, o artificialismo das causalidades e a ucronia. Recusando igualmente a atitude relativista que associava ao historicismo, não recaía na factualidade erudita, identificando a interpretação histórica, por seu fundamento psicológico, primordialmente com a imaginação. Distinta da pura ficção pelo compromisso com a verdade e pela capacidade de problematizar, ela não seria apanágio do movimento ao qual se integrava, o dos *Annales*, mas correspondia ao trabalho de grandes historiadores como Michelet, Fustel de Coulanges ou Henri Pirenne – e estes exemplos, embora todos da tradição francesa, são evidentemente muito díspares entre si quanto a filiações intelectuais.

Era pela imaginação que o historiador não apenas construía hipóteses, articulava conclusões de seus predecessores e alargava seus horizontes pelos aportes de novas técnicas, como também identificava *novas relações* entre “fatos” já conhecidos ou com novos aportes documentais. A estes França claramente valorizava mas não erigia em *conditio sine qua* da historiografia, fiel à máxima de Lucien Febvre de que a história se faz com documentos... quando existem. Foi aí decisiva a influência do romanista Jean Gagé, ao lembrar-lhe que para períodos mais remotos, era cada vez menor a importância de novos documentos e cada vez maior a da descoberta de novas relações. Não se deve concluir entretanto que houvesse um menosprezo das fontes. Pelo contrário, Eduardo d’Oliveira França as considerava, jamais produziu algo que não fosse nelas embasado e chegou a construir uma tipologia de fontes, que classificou em escritas, orais e materiais, com subclassificações, a propósito da história urbana. Ambas as teses que escreveu se beneficiam do uso inteligente das fontes, que não apenas ilustram a problemática como a confirmar os



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

pontos de vista do autor, mas efetivamente atuam como sustentáculo das relações que o historiador vai estabelecendo e desdobrando ao longo da interpretação.

Embora o conceito não fosse uma preocupação expressiva em sua geração, no Brasil como em outros países, em seu estudo sobre Marc Bloch, de 1951, Eduardo França tratou do tema, sem contudo denominá-lo: “A análise exige uma linguagem capaz de proporcionar os verdadeiros contornos de uma instituição ou fato, sem equívocos. Outro grande problema: o da nomenclatura. Falta à história a devida precisão terminológica. Purgatório do historiador. (...) Toda a tradução francesa da palavra Reich é uma desfiguração. O bilinguismo de certas épocas: a linguagem das elites e a linguagem do povo, uma que se escreve e outra que apenas se fala. E as palavras de um tempo emprestadas a outro, porque o homem não tem o cuidado de mudar de vocabulário, quando muda de instituições.” (“O testamento de um historiador: Marc Bloch”, *Revista de História*, n. 8, 1951, p. 440). Em 1974 retornaria ao tema, recordando Febvre em sua preocupação com as alterações de significado das palavras e da frequência de seu uso para ele próprio lembrar que não se constituíam mero reflexo passivo das coisas, mas “signos de reflexão”, mediadoras da comunicação entre os homens e expressão de relações sociais.

Os conceitos que mais frequentemente emprega em suas teses e outros trabalhos dizem respeito às categorias sociais – classes populares, burguesia mercantil, legistas, cristãos novos, classes privilegiadas, aristocracia – institucionais – centralização, realeza, senhorio, feudalismo, absolutismo, restauração – ou culturais – Renascimento, Barroco. Mostra-se aí afinado com os clássicos da historiografia oitocentista, como Michelet, Burckhardt, Guizot e Fustel de Coulanges, bem como com os textos portugueses de Gama Barros, Paulo Merêa, Hernâni Cidade e Vitorino Magalhães Godinho.

As interpretações do autor sobre a história em geral partem de uma premissa, exposta na epígrafe de sua primeira tese, em 1946: conhecer o homem apenas por sua dimensão material é insuficiente, pois ele também é feito de um rico tecido espiritual, feito de instintos, sentimentos e emoções. No momento em que começava a grande valorização da história econômica e que, no Brasil, se iniciava a descoberta da própria ciência econômica e a aposta no desenvolvimento, Eduardo França não apenas trabalhava um tema de história política, o poder real português, como afirmava o interesse pela dimensão integral do homem, demonstrando à Lucien Febvre uma empatia psicológica com seu comportamento. Assim como considerava a história do ponto de vista cognitivo um conjunto não fragmentável em subespecialidades, também via o processo histórico como algo integrado, em que determinado recorte definido a partir de um problema somente seria fecundo se recuperasse o conjunto de relações que levantava. Essa convicção perpassa sua obra e a encontramos em ambas as teses e no estudo sobre a “traição” dos cristãos novos em 1624 (de 1970), a propósito da invasão holandesa à Bahia.

A forma de abordar os fenômenos históricos é perceptível no plano de ambas as teses. Em *O poder real em Portugal e as origens do absolutismo*, o contexto é o da realeza ao longo de três séculos, compreendendo seus atributos, concepção e evolução e o problema a tratar é o da centralização, em especial no século XV. Em *Portugal na época da Restauração* o sujeito é aquele “homem de seu tempo”, marcado por uma historicidade que lhe é própria, que vive num século no qual o barroco caracteriza todos os elementos e manifestações; um barroco por sua vez que é ambientado em Portugal e marcado pela



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

conjuntura da Restauração. Os homens, as ideias e as crenças se movem nesse contexto, que aparece em todas as manifestações dos “restauradores” de 1640. Num e noutro caso a dinâmica por excelência está nos “problemas” – a centralização, a “revolução” da independência – que se movem nos limites impostos pelo quadro mais amplo. Tudo precocemente *estrutural*, antes do conceito e da palavra entrarem na moda.

Em *O poder real em Portugal e as origens do absolutismo* (1946) a personagem central é a monarquia entre os séculos XII e XV, considerada em suas transformações ao longo do período, em seus traços institucionais (defesa, justiça, administração, atuação política) e nas ideias políticas que a legitimavam. Ela aparece no centro de conflitos, cujo fio condutor é “uma tendência constante para a centralização pela contínua repressão das classes privilegiadas”. A monarquia assim aparece em sucessivos avatares centralizadores mesmo com a dinastia de Borgonha, acentuando-se com os Avis, “de origem democrática e burguesa”, conforme acentuava a historiografia portuguesa à época, até chegar ao absolutismo propriamente dito com D. João II, admirador e êmulo de seu contemporâneo Luís XI. *Portugal na época da Restauração* (1951) já possui o enfoque cultural que sempre interessou ao autor. Sua personagem central é o homem português do século XVII, escolha justificada por ser o antecessor do homem brasileiro que viria a se constituir nos séculos seguintes. A obra possui três partes, o século barroco, o homem da Restauração e a revolução de 1640 que à primeira vista poderiam evocar a tripartição braudeliana da então recém-publicada tese sobre *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*. Associação apenas formal, porque a matéria de que é feito o livro de Eduardo França aproxima-o mais da psicologia social de Lucien Febvre, com a caracterização do “homem barroco”, fortemente marcado pelo que o autor chama de “aristocratism e mentalidade antiburguesa” do português seiscentista. A revolução de 1640 não se aproximaria assim da inglesa de 1688, limitando-se a ser uma “Fronza feliz”, com uma burguesia fraca e um povo exaurido. O tema da ausência de uma burguesia forte em Portugal encontra-se não apenas nesta tese, mas é recorrente em suas análises de Portugal e do Brasil, refletindo-se nas coordenadas dadas a seus orientandos por mais de quarenta anos.

Outros assuntos mereceram sua atenção, em trabalhos menores. *Um problema: a traição dos cristãos novos em 1624* é estudo no qual o personagem principal, o cristão novo, aparece como o agente social moderno, capitalista por excelência, flexível, extranacional e supra-religioso, baseado na “estratégia de negócios” e não nos vínculos ibéricos, católicos ou calvinistas dominantes na Bahia colonial do momento da invasão holandesa. Uma análise das fontes para o estudo da história urbana é pretexto para destacar a importância da cidade para as diferentes civilizações, considerando a variação dos modelos de cidade, o “duelo homem x natureza” para explicá-la, o urbanismo espanhol e português na península e na América e, no caso brasileiro, a “ficção” do antagonismo rural x urbano. Numa época (década de 1970) em que fazia sucesso no Brasil a importação do conceito de *plantation* para explicar a grande propriedade rural, França opunha-lhe o de *fazenda*, baseando-se não apenas em uma visão da história e das fontes, mas em sua experiência pessoal de egresso de uma dessas comunidades.

As influências intelectuais sobre a produção histórica de Eduardo d’Oliveira França foram de dupla característica. Metodologicamente era o discípulo brasileiro das duas primeiras gerações dos *Annales*, a de Bloch-Febvre e a de Braudel, mais da primeira do que desta. A isso se acrescenta alguma influência



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

weberiana, mais indireta que direta e de Simmel. As dúvidas em relação ao que considerava generalizações sociológicas, expressas no estudo sobre a função cultural da história, explicam certo distanciamento da sociologia e dos sociólogos, o que se evidencia no contato com as obras de Gilberto Freire e Oliveira Viana, de quem utiliza respectivamente a teoria da mestiçagem da cultura brasileira e o papel do “capitão-mor regente” nos municípios coloniais. Historiograficamente, seus pilares repousavam na tradição historiográfica portuguesa, pela própria temática de seus trabalhos principais e na historiografia francesa, não apenas a dos *Annales*, mas a dos representantes da geração anterior, cuja síntese expressava-se nas três grandes coleções universitárias, a *L'Évolution de l'Humanité*, a *Peuples et Civilisations* e a *Clio*.

A presença de França foi marcante em diferentes campos. Na Universidade, sem prejuízo de sua atuação administrativa, foi sobretudo um professor de concorridas aulas e um disputado orientador de teses, tarefa em que particularmente se comprazia. No âmbito da historiografia, contribuindo para trazer ao Brasil a visão problematizadora do grupo dos *Annales*, teve papel importante na afirmação da história como uma ciência do homem e na rejeição das visões deterministas e esquemáticas. Como pesquisador preocupado primordialmente com o Brasil, interessou-o conhecer as peculiaridades típicas da formação brasileira, mais do que a reprodução de modelos importados, razão porque valorizou as mencionadas situações históricas deste matiz, como a *fazenda*, cuja redução à *plantation* norte-americana e à *hacienda* castelhana recusava e a figura institucional do *capitão-mor regente*, que não via ocorrer em Portugal.

Sua reiterada afirmação da história “ciência do homem” trazia embutida uma perspectiva humanista e democrática. A própria identificação profunda com a Universidade de São Paulo traduzia não apenas um ideal científico, cultural e educacional, mas igualmente político, o mesmo que mobilizou elites e intelectualidade de São Paulo, após a derrota da Revolução Constitucionalista de 1932, da qual o jovem França participou como soldado, a fundar a Universidade como reação ao *statu quo* vigente no país.

Eduardo d'Oliveira França participou de instituições científicas como o Instituto de Estudos Valeparaibanos, Sociedade Brasileira de Pesquisa História, Associação Nacional de Professores Universitários de História, Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Academia Paulista de História, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Academia Portuguesa da História.

**Bibliografia activa:** França, Eduardo d'Oliveira. *O poder real em Portugal e as origens do absolutismo*, São Paulo, Edusc, 2013 [1946]; *Portugal na época da Restauração*, São Paulo, Hucitec, 1997 [1951]; Um problema: a traição dos cristãos novos em 1624, *Revista de História*, n. 83, 1970; O testamento de um historiador: Marc Bloch, *Revista de História*, n. 8, 1951; Considerações sobre a função cultural da História, *Revista de História*, n. 8, 1951; Conversa em torno de nosso ofício, *Anais de História*, Assis, n. 6, 1974; Fontes para a história urbana, *Memórias da I Semana de História de Franca*, 1979; *A docência como missão e o compromisso com a Universidade pública* (discurso de recepção do título de Professor Emérito da USP, 1997). Uma entrevista: “Eduardo de Oliveira França: um professor de História”, *Estudos Avançados*, vol.8 no.22 São Paulo Sept./Dec. 1994; disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141994000300013>.



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

**Bibliografia passiva:** Arruda, José Jobson de Andrade, “Apresentação. Professor França: um historiador à frente de seu tempo”, in Eduardo d’Oliveira França, *O poder real em Portugal e as origens do absolutismo*, São Paulo, Edusc, 2013, p. 9-17; Novais, Fernando, “Apresentação. Eduardo d’Oliveira França”, *Portugal na época da Restauração*, São Paulo, Hucitec, 1997, p. 9-10.

Arno Wehling



APOIOS:

